



## **ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN EM ESCOLA PÚBLICA: DESENVOLTURAS, EXPERIÊNCIAS E PROBLEMAS**

Pedro Eduardo Duarte Pereira (1), Lijecson Souza dos Santos (2), Zélia Maria de Arruda  
Santiago (4)

*1. Mestrando em Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [pedroedu80@gmail.com](mailto:pedroedu80@gmail.com); 2. Mestrando em Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [licson@hotmail.com](mailto:licson@hotmail.com), 4. Professora doutora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.*

**RESUMO** - O objetivo deste estudo está associado à pesquisa acerca da desenvoltura de uma escola pública municipal na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, Brasil, no trato com alunos com síndrome de Down. A pesquisa científica buscou avaliar a estrutura física da edificação a qual a escola funciona, bem como a formação pedagógica dos professores em relação ao entendimento e desenvolvimento escolar destes alunos, numa busca de tentar possibilitar à inclusão através da igualdade de acesso às práticas sócio-educacionais promovendo dignidade e cidadania; realizando a pesquisa convivendo diretamente no ambiente escolar, procurando e analisando as dificuldades enfrentadas durante a rotina escolar dos alunos com síndrome de Down, como também foi feita entrevistas com as pessoas relacionadas diretamente com eles (pais, irmãos, parentes, cuidadores), partindo do contato com os professores, os colegas de sala que influenciam diretamente em todo o processo de inclusão e demais alunos que se aproximam deles; após esta análise, houve o aprofundamento dos estudos procurando referenciais teóricos, averiguando o papel fundamental dos professores e familiares destes alunos, destacando a importância no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo e social, buscando reduzir as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, sugerindo ferramentas e/ou experiências que possam auxiliar nesse convívio.

Palavras-chave: síndrome de Down – inclusão – educação inclusiva.

### **1. Introdução**

Esta pesquisa acadêmica foi realizada na escola municipal de ensino fundamental II, no bairro do Bessa, em João Pessoa, Paraíba, com o objetivo de analisar os procedimentos, atitudes e formas de atuação que são trabalhadas para a inclusão de alunos com síndrome de Down, abordando os preconceitos aos quais estão submetidos no dia a dia; o direito a educação e o acesso a escolas de ensino regular; a qualificação acadêmica, profissional e continua que todos os profissionais deveriam ter para desempenhar suas atribuições com excelência.



## 2. Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa, num aspecto discricionário relacionado a dois alunos com síndrome de Down, que estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental II, situada no bairro do Bessa, em João Pessoa-PB, com observações in loco (escola e residências dos alunos), realizando pesquisas através de questionário e/ou entrevistas com os profissionais da educação que os cercam, tendo um parecer de como se é trabalhada a educação para estes alunos nesta escola, com 25 questionários respondidos, onde 17 foram por professores, 6 por especialistas (pedagogas, psicólogas, assistentes sociais) e 2 pelas acompanhantes dos dois alunos, além de entrevistas com familiares (pais, irmãos, funcionárias do lar) dos dois alunos, relacionando as rotinas diárias e as relações interpessoais dos alunos.

## 3. Preconceitos sofridos pelos alunos com síndrome de Down.

No dicionário Michaelis, encontramos a definição para o que é o preconceito, dizendo que é atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos. Essa atitude surge de um julgamento sem o devido conhecimento do grupo.

Na maioria dos casos, as pessoas com síndrome de Down são vítimas de preconceito, apenas pela falta de conhecimento de que esta síndrome não se trata de uma doença, não se adquire, não se transmite, e que na realidade é apenas uma condição genética diferente do restante da população, uma alteração cromossômica, que de acordo com o Ministério da Saúde, a cada 600 a 800 nascimentos, apenas uma criança nasce com essa alteração.

A síndrome de Down provoca um pequeno atraso para o desenvolvimento das coordenações motoras e mentais, mas nada que impeça de terem uma vida dita normal, existe um tempo diferenciado, eles precisam ditar o tempo de cada um conforme suas necessidades, e para tal, a sociedade necessita estar preparada para lidar com isso, perceber que diferença no tempo de desenvolvimento não significa incapacidade, que o julgamento sem conhecer o que realmente está a sua frente pode atrapalhar a vida do portador e de todos os que o cercam.

Cunningham(2013), afirma que há um estudo realizado que comprova que 80% dos discentes com Síndrome de Down conseguem ser integradas facilmente em pré-escolas, como



também afirma que em escolas regulares eles se desenvolvem mais em leitura e escrita, do que as que frequentavam as escolas que eram chamadas de escolas especiais. Observando este estudo, temos que ter o empenho de provocar esta inclusão do aluno com Síndrome de Down na escola regular, eles possuem os mesmos direitos iguais aos alunos vistos como “normais” como cidadãos que assim são. E nesse mesmo livro de Cunningham(2013), também afirma que a inclusão de crianças com Down se torna mais fácil quando a escola tem uma política de inclusão. Obviamente, colocando essa política em prática, não as tendo apenas como documentos.

#### **4. Educação para alunos com Síndrome de Down.**

Por conta da trissomia do cromossomo 21, algumas características são comuns as pessoas com Síndrome de Down, são olhos amendoados, a face achatada, o pescoço curto, os dedos das mãos menores e menor força muscular; existe a possibilidade de adquirir doenças associadas, como problemas cardíacos, respiratórios, auditivos, de visão, ortopédicos, mas como qualquer pessoa, pode e deve ser tratado e acompanhado por um especialista.

A dificuldade de aprendizado acontece em todos os momentos da sua rotina, em suas tarefas diárias, acadêmicas e de raciocínio, mas mesmo assim indica-se que elas crianças com Down estudem em escolas regulares, com adaptações necessárias a cada um, levando em consideração e acreditando em seu potencial.

Segundo Ostrower (2001) a natureza criativa do homem se elabora no contexto cultural. No processo de inclusão na escola regular, o professor desempenha um papel fundamental para o crescimento do aluno com Down, pois será através do dialogo, provocando a interação com os demais colegas, buscando as potencialidades e sendo criativo, contribuindo para o desenvolvimento de um ensino que permite a troca das relações democráticas, relações de responsabilidade e respeito. Nesse sentido,

“O aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas”. BRASIL (1997, p.19).

Conforme Gonsalves (2009, p.23) “(...) educar é prática, é ação, é ser criativo. Não se educa ‘teoricamente’. O processo educativo se realiza quando existe uma materialização, isto é, uma mudança interior que se traduz no comportamento das pessoas”. E quando o professor



tem esta prática, ele contribui para a formação da turma em geral, ensinando o aluno a pensar, estimulando o crescimento do aluno com Down que está incluso neste contexto e contribuindo a quebra de preconceitos, como afirma Freire (1996) acerca do estímulo ao pensar.

Pensar certo – e saber que ensinar não é transferir conhecimento é fundamentalmente pensar certo – é uma postura exigente, difícil, às vezes penosa, que temos de assumir diante dos outros e com os outros, em face do mundo e dos fatos, ante nós mesmos. É difícil, não porque pensar certo seja forma própria de pensar de santos e de anjos e a que nós arrogantemente aspirássemos. É difícil, entre outras coisas, pela vigilância constante que temos de exercer sobre nós próprios para evitar os simplismos, as facilidades, as incoerências grosseiras. (...) Discurso em que, cheio de mim mesmo, trato-a com desdém, do alto de minha falsa superioridade. A mim não me dá raiva mas pena quando pessoas assim raivosas, arvoradas em figuras de gênio se minimizam e de tratam. É cansativo, por exemplo, viver a humildade, condição ‘sine qua’ do pensar certo, que nos faz proclamar o nosso próprio equivoco, que nos faz reconhecer e anunciar a superação que sofremos. O clima do pensar certo não tem nada a ver com a das fórmulas preestabelecidas, mas seria negação do pensar certo se pretendêssemos forjá-lo na atmosfera da licenciosidade ou do espontaneísmo. Sem rigorosidade metódica não há pensar certo.

Como diz Paulo Freire (2005), todos devem ter acesso à educação, usufruindo de forma livre, autônoma, independente de conceitos e teorias fragmentadas:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicista compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (...) Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente.

## **5. Formação de professores no trato com aluno com síndrome de Down.**

A formação docente, que é um dos campos do conhecimento que mais se discute em congressos e práticas institucionais no Brasil, é um tema que merece ser avaliado quando se trata do trabalho com alunos com síndrome de Down, até porque a responsabilidade das



faculdades formadoras dos presentes e futuros profissionais da educação é de grande importância, visto a grandeza do trabalho do professor, que compreende o significado da carreira docente em toda a sua extensão, incluindo, o compromisso com a formação e os reflexos que incidirá sobre a vida profissional dele e dos discentes a quem prestam seus serviços.

A LDB 9.394/96, ao aplicar novos indicadores para a formação de profissionais para a Educação Básica, provoca outras discussões e direções, no entanto, é importante sobressair que muitas das conjecturas se encontram distanciadas dos desejos dos movimentos organizados e de entidades científicas e acadêmicas, em especial no tocante à formação dos educadores.

Especificamente no capítulo 6 – Dos profissionais da Educação – os artigos 61 a 65 vão especificar como se dará a formação continuada dos profissionais da educação, a saber:

Artigo 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Artigo 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-à em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Artigo 63. Os Institutos Superiores de Educação manterão: I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Artigo 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação a base comum nacional.

Artigo 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.



Observa-se que as proposições postas pela LDB, para a formação de profissionais da educação, sugeriram uma série de regulamentações que se seguiram, a saber:

- a Resolução CP/CNE nº 1/99, que dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação;
- o Decreto nº 3.276/99, que orienta sobre a formação de professores em nível superior para atuar na Educação Básica, alterado pelo Decreto nº 3.554/2000;
- o Parecer CES nº 970/99, que trata da formação de professores nos Cursos Normais Superiores;
- o Parecer CNE/CP nº 9/01, que aborda as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, dentre outras.

Estas regulamentações determinaram novas concepções, organização e estruturação dos cursos de formação de professores, tendo exigido reformulações significativas nos projetos pedagógicos dos cursos, em especial, nas licenciaturas, mas as implicações desse processo ainda fazem jus a um aprofundamento e uma maior ponderação para que se possam fazer ajustes visando a uma melhora nesse aspecto.

No entanto, os professores que estão atualmente trabalhando com discentes com a síndrome de Down, a grande maioria não obteve nenhum tipo de preparação acadêmica para o desempenho desta tarefa, que é considerada árdua e com resultados obtidos em longo prazo, quando são apresentados.

Num aspecto discricionário dos dois alunos com síndrome de Down, que estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental II, situada no bairro do Bessa, em João Pessoa-PB, com observação in loco e realizando pesquisa através de questionário e/ou entrevistas com os profissionais da educação que os cercam, tivemos um parecer de como se é trabalhada a educação para estes alunos nesta escola. Foram respondidos 25 questionários, onde 17 foram por professores, 6 por especialistas (pedagogas, psicólogas, assistentes sociais) e 2 pelas acompanhantes dos dois alunos e entrevistas com familiares dos dois alunos, direcionadas as rotinas diárias e relações interpessoais dos alunos.

Inicialmente, e eis o dado mais preocupante, nenhum dos profissionais afirmou que teve algum tipo de formação ou disciplina que abordasse o tema “inclusão” em sua formação acadêmica inicial e nem têm algum tipo de formação continuada por parte do órgão público que administra tal escola (Prefeitura Municipal de João Pessoa), e que esse fator é um agravante para o desempenho de suas atividades em sala de aula, transpassando essa



dificuldade para o aluno nas respectivas disciplinas, exceto na disciplina de arte, onde foi notória a participação e o envolvimento com as atividades propostas.

Mais um problema presenciado foi o fator inclusão, pois não há uma política exercida pela própria escola para a real participação dos alunos nas atividades desenvolvidas pela escola, existem momentos isolados, como por exemplos, a escola funciona em tempo integral, porém nenhum dos dois alunos fica na escola no turno da tarde, que é o horário destinado a oficinas e tutorias como reforço as disciplina, ambos chegam atrasado quase que diariamente e saem mais cedo (antes do final da última aula do turno da manhã), apesar de estarem em salas com alunos ditos “normais”, as atividades é pouco direcionada para estes alunos, como também, a interação com os colegas de turma quase não é visto, nem quando estão em sala de aula, como também em momentos de intervalo ou recreação, estes alunos estão num escola tida como regular, obedecendo às diretrizes da educação brasileira, mas que de fato o que existe de inclusão é pouco significante.

Como há interesse por parte da maioria dos profissionais da educação para que esse quadro se reverta, a maioria deles procura através das praticas docentes vivenciadas em sala de aula, somadas a pesquisas autodidatas, principalmente através da internet, as mais diversas atividades, técnicas e metodologias, alguns poucos também procuram a ajuda de órgãos que dão suporte a este tipo de trabalho, como APAE, Movimento Down, entre outros; e como forma de garantir o direito de estudar, de ter o acesso a educação, a escola desenvolve algumas oficinas e palestras para que auxiliem a convivência com os demais alunos, palestras contra o bullying, o que a síndrome de Down, ética na escola, entre outras.

## **6. Como lidar com a educação de alunos com síndrome de Down?**

Pesquisa recente realizada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) apontou que crianças que estudaram com alunos com deficiência desenvolveram atitudes positivas relacionadas à tolerância, respeito ao outro e abertura ao diálogo em um grau muito maior do que as que conviveram em ambientes mais homogêneos, do mesmo jeito, no contexto inverso, a convivência com crianças de desenvolvimento considerado normal é muito importante para as crianças com síndrome de Down, os colegas são vistos como exemplos de comportamentos e de conquistas apropriadas para a sua idade, contribuindo para o seu desenvolvimento social e emocional. No que se refere ao aprendizado e o



desenvolvimento da capacidade de se relacionar dependem, entre outras coisas, de oportunidades de interação com crianças da mesma idade ou de idades diferentes em situações diversas, cabendo ao professor estimular atividades individuais ou em grupo, respeitando as diferenças e provocando a interação entre os alunos com e sem deficiência. Porém, lembramos que cada criança apresenta um padrão individual e específico de aprendizagem, e dessa mesma forma, as crianças com síndrome de Down poderão ou não apresentar as dificuldades especificadas neste texto.

De acordo com o movimento Down, seja qual for a criança, com síndrome de Down ou não, é mais fácil fazer progressos em áreas cognitivas quando já são capazes de se comportar e de interagir com os outros de uma maneira aceitável socialmente e de responder apropriadamente ao contexto imediato e por isso os principais objetivos da inclusão social para a criança com síndrome de Down na escola devem incluir:

- Tornar-se ciente das principais rotinas do dia.
- Aprender a responder e participar apropriadamente.
- Aprender a revezar, compartilhar, dar e receber.
- Aprender a esperar.
- Aprender padrões apropriados de comportamento.
- Aprender as regras da escola e da sala de aula, tanto as formais quanto informais.
- Trabalhar de forma independente.
- Trabalhar de forma cooperativa.
- Desenvolver amizades.
- Desenvolver habilidades práticas e de autoajuda.

- Importar-se com os outros.

Para estimular a inclusão social, é interessante utilizar as seguintes estratégias:

- Encoraje a aprendizagem cooperativa ao trabalhar com um colega ou em grupos pequenos.
- Não coloque a criança sempre com alunos menos capazes ou menos motivados. Alunos com síndrome de Down podem se beneficiar do trabalho com crianças mais capazes se o trabalho delas for apropriadamente diferenciado.
- Considere organizar um revezamento de amigos ou um sistema de colegas.
- Use a ajuda de um colega no lugar da ajuda de um adulto sempre que possível.
- Providencie sessões estruturadas de brincadeiras e diversão, conduzidas por um assistente no pátio de recreio.
- Encoraje habilidades de independência e responsabilidade - por exemplo, compartilhar e distribuir livros, repassar mensagens.
- Encoraje a autoestima e autoconfiança.

No entanto, a escola, formando unidade com a família, a sociedade e tendo auxílio de órgãos especializados no trabalho com crianças com síndrome de Down é a vertente que irá provocar a evolução e a aprendizagem de cada aluno, e ainda contribuindo para o engrandecimento moral e ético de todos os que o cercam.

## **7. Conclusões**

Tendo estes conhecimentos, possibilita a percepção de que a deficiência que portadores de Síndrome de Down possuem, em sua maioria, não afeta o seu desenvolvimento, eles podem



ter uma vida dita “comum e normal”, desde que recebam os cuidados certos desde os primeiros anos de vida, com o auxílio da sociedade, principalmente na compreensão de que a diferença que possuem não será sinônima de problema ou barreira que vá lhe impedir de ter uma vida comum a qualquer outro ser humano. Compreensão pela sociedade que não afete o seu desenvolvimento, principalmente quando se trata de preconceito, que em muitos casos podem se transformados em bullying escolar ou cyberbullying.

Muitos casos de preconceitos são vividos dentro da própria família, desde a gravidez até a idade adulta. Sabe-se que uma gravidez gera muitas expectativas para os pais, e na atualidade com a modernidade dos exames de imagem e laboratoriais, é possível descobrir se o ainda feto já irá com Down, e desde então aparecem inúmeras formas de expelir atitudes preconceituosas. Em alguns casos, os pais chegam a pensar ou a realizar aborto provocado, mesmo sendo uma prática ilegal no Brasil. Em outros casos, como um dos que entrevistamos, o pai abandonou a família após a mãe não aceitar realizar o aborto, deixando-a com três filhos pequenos, onde o último seria o filho com Down.

Em todas as entrevistas realizadas com pais e mães de filhos com Down, afirmaram que o principal e mais difícil obstáculo a ser enfrentados por eles e por seus filhos é a falta de informação a sociedade que os rodeiam, que remete ao preconceito e conseqüentemente a dificultar a evolução de seus filhos, portanto, o preconceito ainda é o problema a ser resolvido para assim podermos ter efetivamente uma educação com inclusão.

## **8. Referências**

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 1. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte Ensino de primeira a quarta série. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CUNNINGHAM, Cliff. Síndrome de Down – Uma introdução para pais e Cuidadores. Ed. Artamed. São Paulo, 2013



FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_ Pedagogia do Oprimido. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONSALVES, Elisa Pereira. Educação Biocêntrica: o presente de Rolando.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998-(Dicionários Michaelis)

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processo de criação. Petrópolis: Vozes, 2001.

TORO, Rolando. O pensamento pedagógico. 2º ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.

